

## Luta de classes e território camponês no assentamento Cangussu – BA

Aline Farias Fialho  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil,  
Endereço eletrônico: aline.fialho@uesb.edu.br

359

**Palavras-chave:** Território camponês. Luta de classe. Reprodução camponesa

### INTRODUÇÃO

A luta de classes não caracteriza todo o desenvolvimento histórico da sociedade. Os períodos anteriores à constituição da fase da civilização<sup>1</sup>, que marca o avanço do desenvolvimento produtivo da sociedade, caracterizados, sobretudo (embora não unicamente) pela propriedade comum primitiva, pela *gens*<sup>2</sup> e pela inexistência do Estado, não comportavam antagonismos de classe (Engels, 2000).

No entanto, com as alterações relacionadas ao conjunto das condições materiais na passagem da selvageria para a barbárie, surgiu a divisão de classes, fundamentada no avanço da divisão social do trabalho, no acúmulo e na apropriação desigual de riquezas e na propriedade privada (Engels, 2000). Nesse sentido, mesmo antes da constituição do capitalismo, a questão da luta de classes já era um aspecto importante para o entendimento da sociedade. A consagração da propriedade privada e a consolidação da dinâmica de produção e distribuição desigual da riqueza geraram antagonismos irreconciliáveis no interior da própria sociedade, a saber, os conflitos desenvolvidos em decorrência dos interesses divergentes presentes nas classes sociais.

<sup>1</sup> Conforme análise de Engels (2000), o quadro de desenvolvimento da humanidade, que evidencia o próprio grau de desenvolvimento do trabalho, apresenta as seguintes fases históricas: o estado selvagem, a barbárie e a civilização. Para Engels (2000), tais fases históricas manifestam como a sociedade tem produzido e reproduzido materialmente sua condição de existência ao longo da história.

<sup>2</sup> De acordo com Engels (2000), a *gens* pode ser definida como um “círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina que não podem casar entre si” (Engels, 2000, p. 58). Tratava-se de uma forma de família que se reproduzia socialmente na propriedade comum primitiva e apresentava uma organização baseada em grupos de interesses comuns. Destaca-se, ainda, que esta forma de família tinha como pressuposto importante a produção voltada para a própria sobrevivência, não havendo, portanto, a produção de excedentes e decorrente comercialização e acúmulo de riqueza (Engels, 2000).

Realização:



Apoio:



Assim, seguindo esta mesma perspectiva, Marx e Engels (2005) afirmam que “a história [escrita] de todas as sociedades até hoje existentes”, isto é, após o surgimento da propriedade privada e os antagonismos citados, “é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2005, p. 40). No entanto, segundo os autores, é com a ascensão da sociedade burguesa que a questão da luta de classes fica ainda mais evidente; é no conflito direto entre proletariado e burguesia que o proletariado, como classe revolucionária, instituirá uma forma de sociabilidade não mais fundamentada na exploração do trabalho pelo capital (Marx; Engels, 2005).

Conforme a leitura das contradições, os conflitos que marcam as relações sociais no espaço agrário, em especial no espaço agrário brasileiro, apresentam como elemento fundamental as lutas existentes entre camponeses e proletários *versus* classe dominante. O conflito entre as classes não está presente apenas nos antagonismos existentes entre as classes especificamente capitalistas, mas, também, nas classes não especificamente capitalistas, a saber, os camponeses.

Nesse sentido, destaca-se que a definição de território pautada nas contradições da luta de classes é abordada por Oliveira (1996). Para esse autor, no modo de produção capitalista, os conflitos entre proprietários fundiários e/ou capitalistas *versus* camponeses e trabalhadores geram novas territorialidades que são concretizadas espacialmente. Assim, o território é concebido “como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo”, onde as “articulações e mediações supraestruturais” desempenhadas pelo Estado assumem função de regulação. O território é, portanto, “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (Oliveira, 1996, p. 74).

Roos e Fabrini (2012) também apresentam uma compreensão de território baseada na leitura das contradições do modo de produção capitalista. Segundo esses autores, o território é produto social, gerado por meio das “conflitualidades entre classes sociais” (p. 39). Para os mesmos o território é, desse modo, resultante de relações de interesses divergentes e em constante disputa.

Compreende-se que as discussões realizadas pelos autores, tanto no que se refere a questão da luta de classes, quanto ao debate sobre a conformação de territórios, evidenciam a relevância da utilização de tais conceitos para o entendimento das dinâmicas

**Realização:**



**Apoio:**



que configuram o espaço agrário baiano. Os diferentes interesses de classes geram a espacialidade produzida socialmente, que é apropriada de maneira desigual, conformando, portanto, territórios diversos.

O município de Barra do Choça/BA concretiza tais conflitos. O Assentamento Cangussu, localizado no município supracitado, foi o segundo projeto de assentamento da região e o que apresentou o maior número de famílias assentadas. Nesse sentido, como objeto geral, busca-se a compreensão do processo de configuração desse assentamento como território camponês, problematizando assim, a materialização da luta de classes na região e refletindo sobre as formas de resistência campesina no espaço agrário da Bahia.

## **METODOLOGIA**

No intuito de alcançar o objetivo central proposto, referendado nos aportes teóricos relacionados à temática, realizou-se uma análise teórica acerca das principais categorias privilegiadas para o trabalho: território camponês, reprodução camponesa e luta de classes. Além de tal análise teórica, realizou-se uma averiguação dos documentos disponibilizados pela direção de brigada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com a finalidade de analisar o processo histórico de luta dos assentados que culminou a constituição do assentamento.

Para entender as relações existentes entre luta de classes e território camponês na realidade do Cangussu, realizou-se, também, entrevistas com 30 famílias camponesas. O critério central para a escolha dos camponeses entrevistados foi justamente o fato de terem participado do processo de ocupação das terras, que culminou na criação do assentamento. Algumas informações coletadas durante as entrevistas também foram utilizadas para a elaboração das tabelas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As questões que concernem o território camponês do Assentamento Cangussu concretizam os conflitos presentes no espaço agrário da Bahia. Assim, inicialmente, observa-se que o contexto de construção do assentamento em questão é indissociável das contradições geradas pela expansão da monocultura do café na região. O município de Barra do Choça se localiza na região Sudoeste do estado da Bahia, onde o processo de

**Realização:**



**Apoio:**



implantação do café ocorreu de forma mais efetiva em 1970, direcionado pelas diretrizes do governo federal, que visavam identificar as áreas mais favoráveis ao plantio de café.

A luta pela terra em Barra do Choça é, portanto, intensificada pela expansão da monocultura do café no município, uma vez que grande parte dos camponeses e proletários rurais alijados do processo de “modernização” se organizaram em frentes de luta para a reconquista da terra. Fruto de tais mobilizações, ocorreu o processo de ocupação das terras que culminou, no dia 1º. de junho de 1997, na criação do Assentamento Cangussu. As terras constituíam parte do latifúndio do Coronel Pompílio Nunes, valorizadas em função da expansão do café na região.

Os camponeses que participaram da ocupação das terras do então latifúndio materializaram um confronto contra a lógica da concentração fundiária, intrinsecamente relacionada, no contexto brasileiro, aos interesses da classe dominante. É a partir dessa premissa que se compreende o Assentamento Cangussu como um território camponês, uma vez que:

[...] os enfrentamentos do campesinato ao agronegócio/latifúndio manifestados nas ocupações de terra são centrais na construção do território camponês. Pois o conflito gerado permite ao campesinato a possibilidade de retorno/ acesso a terra com a conquista dos assentamentos, no qual são materializadas as relações camponesas e construído o território camponês (Roos; Fabrini, 2012, p. 39).

A ocupação pode ser entendida como parte do processo de construção do território camponês. No caso do Cangussu, a ocupação se encerrou em 15 de outubro de 1998, com a emissão de posse concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Conforme narrativas dos assentados, todo esse processo de luta pela terra permanece na memória dos camponeses, demonstrando, também nessa dimensão, a questão contraditória de resistência e sujeição de tais sujeitos, em relação aos projetos do capital para o campo brasileiro, e de negação da condição de precariedade do trabalho vivenciada antes da conquista da terra.

**Realização:**



**Apoio:**



## CONCLUSÃO

O território, constituído por meio das contradições entre classes, expressa, inevitavelmente, interesses distintos. Isso implica dizer que o processo de territorialização do campesinato difere do processo de territorialização do capital. No caso do primeiro, a finalidade do território, que pode ser entendida como as formas de apropriação da terra, é a conquista da possibilidade do trabalho. Para o segundo, o domínio do território tem como objetivo a extração da renda e do lucro (Oliveira, 2007).

A possibilidade de acesso à terra por meio da construção dos assentamentos rurais tem sido uma importante estratégia camponesa de disputa com as classes dominantes. Entendendo o território camponês como resultante do enfrentamento entre o campesinato e as classes hegemônicas, compreende-se que no caso do Assentamento Cangussu esse processo é consolidado, pois o confronto presente naquela propriedade capitalista gerou a construção de um território, cuja finalidade foi a instauração de uma terra para o trabalho.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Escala, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ROSS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. **Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência do território camponês**. Revista Pegada, v. 13, n. 1 jun., 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1153/1894>. Acessado em julho de 2024.

Realização:



Apoio:

